

O SÉCULO XVIII E A LEITURA COMO ATO POLÍTICO: ILUMINISMO E REVOLUÇÃO

CARLOTA BOTO¹ 

SOPHIA CALIL BREYMAIER¹ 

RESUMO: A nova historiografia do fim do século XX nos faz lançar um olhar diferente sobre o Iluminismo, para sua pluralidade e nuances, e também levantou novos questionamentos sobre os modos de vida, as práticas e seus agentes nos diferentes contextos sociais. A respeito da história do livro e da leitura, tanto Robert Darnton como Roger Chartier são historiadores de referência, com os quais nos propomos a dialogar neste artigo, mediante uma metodologia de análises bibliográficas. Tendo como recorte a França do século XVIII, pretendemos pensar o tema da leitura como ato político, mais especificamente o papel da circulação dos impressos e das práticas de leitura na elaboração de um pensamento político e crítico e na formação da opinião pública.

Palavras-chave: História da leitura. Iluminismo. Revolução. França.

THE 18TH CENTURY AND READING AS A POLITICAL ACT: ENLIGHTENMENT AND REVOLUTION

ABSTRACT: The new historiography of the end of the 20th century makes us take a different look at the Enlightenment, at its plurality and nuances, and also raises new questions about ways of life, practices and their agents in different social contexts. Regarding the history of books and reading, both Robert Darnton and Roger Chartier are renowned historians, with whom we propose to dialogue in this article, through a bibliographical analysis methodology. Taking 18th century France as a focus, we intend to think about the theme of reading as a political act, more specifically the role of printed matter circulation and reading practices in the development of political and critical thinking and in the shaping of public opinion.

Keywords: History of reading. Enlightenment. Revolution. France.

1. Universidade de São Paulo  – Faculdade de Educação – São Paulo (SP), Brasil.

E-mails: reisboto@usp.br; breymaier.sophia@usp.br

Editor de Seção: Claudio Almir Dalbosco 

O presente artigo deriva do projeto de pesquisa, em desenvolvimento na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, Processo no: 18/26699-4, intitulado *Saberes e práticas em fronteiras: por uma história transnacional da educação*.

EL SIGLO XVIII Y LA LECTURA COMO ACTO POLÍTICO: ILUSTRACIÓN Y REVOLUCIÓN

RESUMEN: La nueva historiografía de finales del siglo XX nos hace dar una mirada diferente a la Ilustración, a su pluralidad y matices, y también plantea nuevos interrogantes sobre modos de vida, prácticas y sus agentes en diferentes contextos sociales. En cuanto a la historia del libro y la lectura, tanto Robert Darnton como Roger Chartier son historiadores de renombre, con quienes nos proponemos dialogar en este artículo, a partir de una metodología de análisis bibliográfico. Tomando como foco la Francia del siglo XVIII, pretendemos pensar el tema de la lectura como acto político. Más específicamente, el papel de la circulación de material impreso y las prácticas de lectura en el desarrollo del pensamiento político y crítico y en la formación de la opinión pública.

Palabras-clave: Historia de la lectura. Iluminación. Revolución. Francia.

Introdução

O século XVIII foi o século da Enciclopédia, da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, assim como das revoluções, com as tensões entre a burguesia emergente e o antigo regime que culminaram na Revolução Francesa (1789–1799), na Revolução Industrial Inglesa (1760) e nas guerras, como a Guerra dos Sete Anos (1756–1763), a Guerra de Sucessão Austríaca (1740–1748) e a Guerra de Sucessão Espanhola (1702–1714), além dos conflitos no continente americano. Apesar do otimismo intelectual, havia muitas tensões no campo político, e o século foi assolado pela “peste ou a fome que vinham devastar algumas províncias” (Hazard, 1974, p. 32). Assim, “sofria-se em toda a parte como de costume” (Hazard, 1974, p. 32). Foi um período associado ao que conhecemos por Iluminismo, contudo a concepção sobre o Iluminismo nem sempre foi a mesma.

Por muito tempo, o Iluminismo foi representado na história das ideias como um movimento intelectual coeso e homogêneo, levado a cabo por grandes filósofos – os *philosophes* – e pensadores franceses, ou os homens de letras, como os enciclopedistas, que se pautavam em conceitos como natureza e razão, bem como na tarefa de classificação e sistematização dos saberes iniciada pela revolução científica do século XVII. Tais eram as análises feitas pelo filósofo Ernst Cassirer (1992) e também pelo historiador das ideias Paul Hazard (1974), que até meados do século XX deram continuidade ao modelo interpretativo do século XIX, concebendo o Iluminismo como um apanhado de ideias harmônicas que configuram uma tendência intelectual, apesar das pequenas divergências.

Diante das generalizações sobre o Iluminismo e sua redução a um discurso intelectual, uma nova forma de olhar para a história do século XVIII surgiu por volta dos anos 1970 com a história social das ideias, como aponta Darnton (1990), situando-a com maior precisão em um contexto social plural e amplo, e não somente restrita a um fenômeno francês com ideias coesas importadas para outras localidades.

A história do Iluminismo sempre foi um caso de grandes alturas – tendência que não há de ser lamentada por quem tiver escalado seus picos com Cassirer, se inspirado em deliciosos haustos de razão pura, examinado a topografia do pensamento setecentista estendido cuidadosamente a seus pés. Mas chegou a hora de ver o Iluminismo com um olhar mais ligado à terra, porque, enquanto os historiadores das ideias mapeavam a vista de cima, os historiadores sociais estavam

escavando em profundidade os substratos das sociedades do século XVIII. E, à medida que aumenta a distância entre as duas disciplinas, multiplicam-se e adensam-se os climas de opinião, e de vez em quando o Iluminismo some em nuvens de vaporosas generalizações. A necessidade de situá-lo com maior precisão num contexto social resultou em alguns novos trabalhos importantes, num gênero que vem sendo chamado de história social das ideias (Darnton, 1990, p. 118).

Como defende também Todorov (2008), não havia tal coesão no sistema de ideias, porém uma multiplicidade e pluralidade de ideias e opiniões que muitas vezes eram conflitantes, mas, de todo modo, articuladas e discutidas. Havia uma inquietação intelectual juntamente com intensas mudanças políticas, sociais e econômicas. O Iluminismo era composto de tempos e espaços distintos, uma “época de conclusão, de recapitulação, de síntese – e não de inovação radical” (Todorov, 2008, p. 13). Muitas das ideias até mesmo continham traços do pensamento da Antiguidade, da Idade Média, do Renascimento, da Época Clássica, bem como de representações advindas do pensamento oriental, de modo especial da China, da Índia e do Oriente Médio.

É por isso que os historiadores quase sempre observaram que é preciso dissipar algumas imagens convencionais. As Luzes são ao mesmo tempo racionalistas e empiristas, herdeiras tanto de Descartes como de Locke. Elas acolhem os Antigos e os Modernos, os universalistas e os particularistas (Todorov, 2008, p. 13).

Apesar da diversidade de ideias, das divergências entre os intelectuais, isso não descartaria para Todorov (2008) a existência de um projeto coerente e até mesmo articulado das Luzes. “Tomemos o Iluminismo como um movimento, uma causa, uma campanha para mudar as mentes e reformar as instituições” (Darnton, 2005, p. 18). Como todo movimento, continua Darnton (2005), teve início, meio e, em certos lugares, um fim. Assim, há três grandes ideias que se encontram na base do projeto iluminista e que, segundo Todorov (2008), contribuem também para suas inumeráveis consequências, tanto as positivas como os desvios que nos levam hoje a rejeitar as Luzes. Esses princípios são: a autonomia, a finalidade humana de nossos atos e a universalidade, ou o compromisso com a causa de “colocar suas ideias em uso, persuadir, propagar e transformar o mundo ao redor” (Darnton, 2005, p. 19).

Com os novos estudos historiográficos no fim do século XX, a concepção sobre o Iluminismo passou a ser plural, e as investigações voltaram-se para a maneira como os conhecimentos, o ideário das Luzes, circulavam e como eram recebidos pela sociedade em seus diferentes contextos, conformando-se vários iluminismos. Juntamente com a história social das ideias, os estudos culturais, tratando das práticas, representações, modos de vida, contribuíram para uma historiografia que refletia sobre a pluralidade dos Iluminismos. Apesar de se nortear por um conjunto de princípios, tal ideário manifestou-se em diferentes contextos culturais e geográficos de formas distintas, moldando, nesse sentido, muitas;

[...] discussões, contestações e articulações de ideias que sofreram processos de adequação tanto às esferas individuais – sendo apropriadas em distintos discursos e opiniões de filósofos – quanto às coletivas – adaptando-se às tradições culturais partilhadas por grupos de pessoas (Carvalho, 2009, p. 2).

Darnton (2005, p. 20) diz que, “embora eu considere Paris a capital da República das Letras no século XVIII, concordo que o Iluminismo se difundiu a partir de muitos pontos”. Assim, o Iluminismo,

tomado como plural em suas ideias, dadas suas origens em outros tempos e espaços, tampouco seria um movimento essencialmente francês. Como nos mostra Darnton (2005), ele se difundiu de diferentes lugares da Europa e também da América, em grande parte por conta da circulação do impresso, principalmente mediante as trocas de correspondências entre os filósofos de diversas localidades, contudo foi em Paris que o movimento iluminista tomou corpo e se definiu como uma causa, com militantes e um programa. Seus partidários formaram, de acordo com Darnton (2005), uma identidade coletiva em Paris, o movimento espalhou-se, sofreu mudanças, incorporou ideias, mas nem por isso se pode tomá-lo como se fosse a única súpula, o cânone do pensamento ocidental do século XVIII.

As variedades mais instigantes e inovadoras da história são as que tentam escavar sob os fatos, para descobrir a condição humana tal como foi vivida por nossos antepassados. Essas variedades podem receber vários nomes: história das mentalidades, história social das ideias, história etnográfica ou apenas história cultural (minha preferência pessoal). Seja qual for o rótulo, porém, a pretensão é a mesma: entender o sentido da vida, não numa vã tentativa de dar respostas últimas aos grandes enigmas filosóficos, mas oferecendo um acesso a respostas dadas por outros, tanto nas rotinas diárias de suas vidas quanto na organização formal de suas ideias, séculos atrás (Darnton, 1990, p. 9).

A nova historiografia do fim do século XX nos faz lançar um olhar diferente sobre o Iluminismo, para sua pluralidade e nuances, tendo também levantado novos questionamentos quanto aos modos de vida, às práticas e a seus agentes nos diferentes contextos sociais. Além disso, passou-se a problematizar a história do livro e os modos como o pensamento dos filósofos se materializou e se difundiu pelo impresso; o papel da tecnologia e produção dos livros na transmissão das ideias; como funcionava o mercado literário e o papel dos editores e livreiros; e sobretudo as relações com os processos revolucionários e a formação da opinião pública.

A respeito do que se compreende por história do livro, tanto Robert Darnton como Roger Chartier são historiadores de referência, com os quais nos propomos a dialogar neste artigo, mediante uma metodologia de revisão da literatura disponível pela análise bibliográfica. Tendo como recorte a França do século XVIII, pretendemos pensar o tema da leitura como ato político. Mais especificamente, abordamos o papel da circulação dos impressos e das práticas de leitura na elaboração do pensamento político e crítico e na formação da opinião pública. Teriam sido as ideias dos philosophes, materializadas em livros, libelos e panfletos libertinos e denunciatórios, internalizadas pelos leitores e determinantes da crise das monarquias que levou à Revolução Francesa? A origem do pensamento revolucionário seria intelectual?

Nesse sentido, Chartier (2009) traz importantes questionamentos a serem explorados ao longo do artigo, como a pergunta que intitula o quarto capítulo do livro *Origens culturais da Revolução Francesa*: “livros fazem revolução?” Teriam as ideias, transformadas em textos, penetrado nas mentes dos leitores e inflamado o pensamento revolucionário e a ruptura com o antigo regime, tal como o modelo clássico tradicional da história das mentalidades formula a relação entre Iluminismo e revolução? Ou será que essa operação de dedução “investe a leitura de uma força e uma eficácia que talvez ela não tenha tido?” (Chartier, 2009, p. 133).

A Leitura nas Cidades

As cidades francesas recebiam um grande contingente de migrantes rurais. Alguns permaneciam nas cidades, outros estavam ali apenas de passagem. De acordo com Daniel Roche (2011), às vésperas da Revolução Francesa, Paris era atravessada por mais de 100 mil pessoas todos os anos. Alguns migrantes

definitivos e outros apenas transitavam, vindos de horizontes culturais distintos. Fosse como fosse, tais pessoas recebiam ou recusavam;

[...] as diversas lições das Luzes urbanas, que não se reduzem à aculturação pelo uso da escrita, mas compõem, como foi mostrado para o *Peuple de Paris*, um conjunto de gestos e maneiras em que leitura e escrita são inseparáveis de uma cultura material colocada, desde muito cedo, sob o signo do consumo (Roche, 2011, p. 178).

Diferentemente do campo em que predominam as culturas oral, visual e gestual, as cidades francesas dos séculos XVII e XVIII, de acordo com Daniel Roche (2011), abrigavam o impresso como produtoras e consumidoras de livros, brochuras e jornais, aparecendo como lugar de difusão e renovação de conhecimentos e ideias, ao mesmo tempo que funcionavam como centro de tradição religiosa, universitária e pedagógica. Nessa perspectiva, Roche (2011, p. 177) sublinha que “a cidade constitui assim, um universo cultural original, onde a escrita representa algum papel mesmo para aqueles que não a decifram”, graças às possibilidades de aculturação urbana não só pelos usos da escrita, do impresso, mas pelo conjunto de gestos e práticas de leitura e escrita relacionados a uma cultura material.

Roche (2011) ressalta, ainda, a mudança nas percepções ordinárias da cidade, como o aparecimento do estandarte, do cartaz, do nome da rua e até mesmo do número da casa. Essas transformações da legibilidade da cidade impuseram um novo olhar e uma percepção mais racionada do espaço cotidiano, ao mesmo tempo que familiarizaram o povo comum com a informação escrita, fixando práticas cotidianas de informação mais fáceis de serem controladas.

O cartaz é mais conhecido. Ele também confronta as palavras e a iconografia, cuja ingenuidade aparente chama a atenção dos especialistas em arte popular. Mais ainda que o estandarte, tem um destino fugaz, mas também mais que ele incita à leitura ao ar livre, individual ou coletiva. Prova-o a pintura que mostra a multidão agrupada diante dos cartazes recém-colados. Eles se sucedem, entre reais, parlamentares, municipais, eclesiásticos, comerciais, até mesmo privados, e transmitem a todos os passantes editos, prisões, regulamentos, interdições, autorizações, programas de festas, de cerimônias, de execuções, resultados de loterias, espetáculos de teatro, avisos de desaparecimento. O cartaz concerne à totalidade da vida comum. Seu domínio autorizado estende-se pelo século XVIII: ele anuncia as peças, as vitórias, as boas ocasiões, preconiza uma primeira publicidade (Roche, 2011, p. 192).

O cartaz é descrito por Roche (2011) como um livro que pode ser lido à vontade, que muda a cada manhã e que incita outras leituras. Para ele, as diversas maneiras de utilizar os escritos, a familiaridade com a circulação dos saberes, apontam as possibilidades de aculturação urbana, que adquire maior flexibilidade e maior capacidade pedagógica com o impresso. Por ser assim, nas várias comunidades, a relação com a escrita não se dá somente pelo livro, ou apenas por meio do livro. Pelo contrário, haveria múltiplas formas inscritas na paisagem urbana, como placas, cartazes, estandartes.

Circulação do Escrito, Sociabilidades e Opinião Pública

As cidades francesas também eram conhecidas pelas suas sociedades secretas, lojas maçônicas, círculos sociais, imprensa periódica e organizações menos formais, como os salões e cafés, que, de acordo com

Burke (2003), desempenharam papel importante na vida intelectual já a partir do século XVII, contribuindo para a difusão da comunidade imaginada da República das Letras e formação da opinião pública.

Em Paris, os salões foram descritos como os “espaços de operação do projeto iluminista”. Sob a direção de Madame de Tencin, por exemplo, Fontenelle, Montesquieu, Mably e Helvétius se encontravam para discussões regulares enquanto Mme. de L’Espinasse era anfitriã de d’Alembert, Turgot e outros membros do grupo que produziu a *Enciclopédia*. Os cafés desempenharam papel importante na vida intelectual italiana, francesa e britânica a partir do século XVII. [...] Em Paris, o Procope, fundado em 1689, servia como ponto de encontro para Diderot e seus amigos. Os donos dos cafés frequentemente exibiam jornais e revistas como modo de atrair clientes, encorajando assim a discussão das notícias e o surgimento do que muitas vezes é chamado de “opinião pública” ou “esfera pública”. Essas instituições facilitavam encontros entre ideias e indivíduos (Burke, 2003, p. 45).

Além da Enciclopédia, eram muitos os impressos que circulavam no último quartel do século XVIII. Um exemplo a ser destacado era o *Mercure de France*, que era uma revista que traduzia excertos clássicos da literatura, bem como desenvolvia reflexões políticas que se traduziam como elementos importantes para uma nova sociabilidade letrada. Com diferentes títulos, o periódico existia desde o fim do século XVII (Décaudin, 1992).

Há três trajetórias de longa duração que se apoiam no escrito. A primeira consiste, de acordo com Chartier (2010), na determinação de regras de comportamento postas pelo poder absolutista, pedagogos e moralistas transmitidas pelos tratados de civilidade e boas maneiras, instruções nobiliárias e manuais escolares. Esse processo de civilização “incorpora nos indivíduos controles sobre seus comportamentos e condutas, que reforçam o umbral do pudor, que oprime os afetos e que, também neste caso, se produz apoiando-se na cultura escrita” (Chartier, 2001, p. 65). Uma segunda trajetória diz respeito às novas formas de sociabilidade e à constituição da vida privada separada de uma esfera de existência da vida comunitária e do Estado e que também faziam uso, entre outras maneiras, da cultura escrita.

Haveria uma terceira trajetória do escrito, a da circulação do impresso, do escrito e a da constituição de um espaço público e crítico. Logo, como nos mostra Chartier (2001), ao mesmo tempo que se constituiu uma esfera privada de existência, houve a criação de uma esfera pública de debate, de discussão, de crítica, que definiu um novo espaço público na Europa do século XVIII nos cafés, clubes, salões, sociedades literárias. Estruturou-se uma nova forma de sociabilidade na qual os indivíduos se encontravam, a qual submetiam suas próprias ideias e discutiam, fazendo assim uso público de sua razão, mediante crítica das autoridades, como o Estado e a Igreja.

Enfim, no decorrer do século XVIII, foram as correspondências, as leituras e as conversações letradas que fundaram a emergência de uma esfera pública, num primeiro tempo estética, depois política, quando foram colocadas em discussão e submetidas a exame todas as autoridades – a dos doctos, a dos clérigos, a dos príncipes. Em *O que são as Luzes?*, é na confrontação das opiniões argumentadas e das propostas reformadoras permitida pela circulação do escrito que Kant constrói o projeto e a promessa de uma sociedade esclarecida, na qual, sem distinção de estamento ou condição, cada um poderá, alternadamente, ser leitor e autor, sábio e crítico (Chartier, 2010, p. 15).

Mas houve outra realidade para que Chartier (2001) aponta, expressa na organização de um espaço público e crítico sem que as pessoas estivessem no mesmo lugar, mediante a produção, circulação e apropriação

do escrito, ou seja, um espaço abstrato que se definiu por intermédio das práticas solitárias de escrita ou de leitura na privacidade do homem, estabelecendo uma rede de intercâmbio de ideias, juízos e críticas.

Então, com a circulação do escrito e das novas formas de sociabilidade, temos de um lado a constituição de uma ideia mais abstrata de opinião pública, uma opinião à qual o autor se dirige ao escrever em sua privacidade, de forma solitária. Ou seja, trata-se daquelas pessoas “que não se unem, que não participam da mesma sociedade, mas que em particular, ao ler ou ao escrever em sua esfera privada, se comunicam entre si por meio da circulação do impresso” (Chartier, 2001, p. 123). De outro lado, uma ideia de opinião pública com base em uma série de formas e lugares particulares de sociabilidade emergiu principalmente nas cidades, nos cafés, salões, lojas maçônicas.

Para Chartier (2001), essas são duas realidades e definições da opinião pública que devem ser vinculadas para pensar o século XVIII. Nessa perspectiva, o escrito (o jornal, por exemplo) definia um espaço abstrato de opinião pública, por um lado, porque circulava e cada um podia lê-lo em sua esfera privada; e, por outro, porque se vinculava a formas específicas de sociabilidade nos cafés, salões e outros lugares.

O Impresso e os Hábitos de Leitura

Na França do século XVIII, não eram apenas os homens de letras, os *philosophes*, que liam. Chartier (2009) mostra que havia um hábito crescente de leitura em Paris entre a população em geral. Números confirmam que “livreiros ofereciam um produto profundamente transformado a um público leitor cada vez mais numeroso e ávido” (Chartier, 2009, p. 115) que passava a ter acesso a uma leitura extensiva.

De 1686–90 a 1786–70, a população alfabetizada subiu de 29 a 47% entre os homens e de 14 a 27% entre as mulheres. Além do aumento da população detentora de livros como artífices e lojistas, que aumentaram suas bibliotecas, analisando inventários pós-morte, Chartier (2009) também registra aumento do número de livros entre trabalhadores e criados domésticos. Assim, o autor ressalta que, no que tange aos leitores, há uma crescente evidência de material impresso nos meios sociais nos quais anteriormente as pessoas possuíam poucos livros.

Novas fórmulas comerciais para satisfazer às demandas dos leitores como lojas e bancas de empréstimo e gabinetes de leitura contribuíram para esse incremento na população possuidora de impressos. Relativamente àqueles que não podiam comprar, também era possível passar nas bancas e apenas ler o que estava disponível ou tomar exemplares de empréstimo.

Os *cabinets de lecture* foram abertos após 1760 pelos livreiros. Os assinantes pagavam uma taxa mensal de empréstimo por dia, por hora ou pela leitura no local e tinham acesso a jornais, periódicos, dicionários, enciclopédias, almanaques, obras filosóficas e literárias recentes. Além de possibilitar aos assinantes ler extensivamente gastando pouco, também viabilizaram o acesso aos livros proibidos. Tais obras eram muito requisitadas. Por vezes, eram divididas em volumes, podendo ser alugadas, também, por hora ou dia. Atraíam-se, dessa forma, de acordo com Chartier (2009), membros de profissões liberais, classes mercantes, estudantes, professores, artífices e trabalhadores braçais abastados.

Já os *bouquinistes*, os livreiros em bancas ao ar livre, se situavam em pequenas lojas que atingiam leitores de escala social mais baixa, os quais “devoravam as novidades e os panfletos políticos em áreas públicas de Paris” (Chartier, 2009, p. 117). Apesar do fato de, durante o período pré-revolucionário, as bibliotecas particulares reveladas pelos inventários notariais terem aumentado tanto em relação ao tamanho de seu acervo quanto também em quantidade, elas eram “insuficientes para medir a fome de leitura que assolava até mesmo os mais humildes habitantes urbanos” (Chartier, 2009, p. 117).

A indústria do livro, nesse período, também passou a oferecer aos leitores um produto transformado. Chartier (2009) destaca grande mudança no mercado livreiro, ao investigar pedidos de permissão para publicação que indicavam o declínio de livros religiosos. Estes, enquanto representavam metade da produção dos impressores no fim do século XVII, equivaliam já a um terço em 1720 e a um décimo em 1780. Mas as obras publicadas com permissão pública, ou com *privilège*, eram apenas parte do que estava disponível ao público leitor francês do século XVIII. Havia, assim, um conjunto enorme de livros chamados de filosóficos proibidos e perseguidos pelas autoridades, mas que circulavam na surdina, impressos por sociedades tipográficas fora da França, como na Suíça e principados alemães, e que entravam no país de forma clandestina.

Obras publicadas com permissão – “pública” ou tácita – não obstante consistiam em apenas parte do que estava disponível ao público leitor francês do século XVIII. Vasto número de livros que o mercado livreiro designava como “filosóficos” também estava em circulação. Impressas por sociedades tipográficas situadas além dos confins do reino (na Suíça ou nos principados alemães), importadas clandestinamente, vendidas “por baixo do pano”, proibidas e ativamente perseguidas pelas autoridades reais (Chartier, 2009, p. 118).

O comércio ilícito era formado pelos livros pirateados e proibidos. Os catálogos secretos abarcavam tanto os livros pirateados – aqueles vendidos por livreiros que não detinham o *privilège* para o título – quanto os livros proibidos. Quando confiscados, os livros proibidos eram marcados e destruídos, enquanto os pirateados eram devolvidos ao livreiro detentor do *privilège*. Entre os livros proibidos e filosóficos, oferecidos pelos catálogos secretos, havia uma diversidade de trabalhos sobre moralidade e política, crenças e autoridade ao escrutínio crítico, literatura pornográfica, sátiras, os *libellés contre la morale* que figuravam entre os mais vendidos. Os *libellés* traziam narrativas difamatórias, crônicas escandalosas e sensacionalistas, com passagens obscenas, que denunciavam a arbitrariedade e corrupção dos poderosos. Apenas portar esses livros podia ser motivo de prisão na Bastilha. Por conta dos riscos, os preços desses livros eram mais elevados do que os dos livros comuns.

Para Chartier (2009, p. 131), a “coerência desse conjunto de obras heterogêneas não era apenas uma questão de como eram encaradas pelo livreiro, pela polícia ou pelo leitor, mas tinha igualmente raízes nas práticas de escrita dos autores”. Até mesmo os autores mais conhecidos usavam as formas mais comuns da baixa literatura, como, por exemplo, Voltaire, que era mestre na subversão do libelo difamatório, sátira antirreligiosa e panfleto político.

Jean-Jacques Rousseau é apontado pela literatura como um autor apropriado pelo discurso da Revolução Francesa, que mobilizaria sua reflexão política para justificar o evento revolucionário. Era como se a revolução tivesse engendrado um novo *Contrato Social*. Haveria, nessa perspectiva, uma pedagogia cívica a ser implementada tanto no que toca aos projetos de escolarização quanto no concernente a questões ligadas às práticas de leitura e, no limite, à própria organização de eventos e de festas cívicas (Boto, 1996, 2017b).

O fato é que a Revolução Francesa é um evento simbólico e, portanto, extremamente reinterpretada e reconfigurada em suas representações. Foram os próprios revolucionários que atestaram essa função crítica da erudição, da cultura letrada e, no limite, do que compreendiam na época como a filosofia. Construíram-se ali conceitos e juízos que se ancoravam no suposto de uma continuidade, até de uma paternidade, do Iluminismo sobre a revolução (Israel, 2001, p. 715).

Iluminismo e Revolução ou Revolução e Iluminismo

No fim do século XVIII, em meio a um contexto de aumento do desemprego nas cidades, de fracas colheitas no campo; em meio a um processo de empobrecimento e de aumento de impostos; além da proliferação da literatura panfletária política, brochuras e libelos e da formação de uma opinião pública, temos um grande ato revolucionário, a Revolução Francesa. Na percepção dos contemporâneos, era um evento de celebração de um novo começo, um ato de fundação e, assim, propunha-se a zerar o passado para construir outro mundo. Instaurou-se a fantasia da origem, inspirada em um conjunto de ideias iluministas com a igualdade política, a liberdade de expressão e a representação, bem como o fim dos privilégios estamentais e a constituição de outra forma de convívio (Boto, 1996, 2017b).

Algumas leituras do século XVIII que colocam Iluminismo e revolução paralelamente entendem as ideias como origem da Revolução Francesa, mas Roger Chartier (2009) na obra *Origens culturais da Revolução Francesa* dá novos contornos a esse modelo interpretativo, levantando dúvidas sobre a importância das ideias como origem da revolução. O teórico faz essa discussão sobretudo em contraposição à obra *Origens Intelectuais da Revolução Francesa*, de Daniel Mornet (1715–1787), propondo uma reformulação ao trocar o termo *intelectuais* por *culturais*. O presente trabalho pretende evidenciar como libelos como aquele elaborado por Kant sob o título *O que é o esclarecimento?* contribuíram para veicular a tese segundo a qual os livros e a leitura poderiam desembocar em revoluções. Veremos isso adiante.

Na concepção de Chartier (2009), Mornet, em sua obra, articula uma perspectiva que estabelece “uma conexão evidente e obrigatória entre o progresso de novas ideias através do século XVIII e a emergência da Revolução como acontecimento” (Chartier, 2009, p. 25-26). No modelo intelectual, havia leis que governavam a penetração de novas ideias na opinião pública em geral que o autor identificou com o Iluminismo. Essas ideias tenderiam a descer pela escala social, penetrando na mente da aristocracia, da burguesia, da pequena burguesia e depois do povo. Tomando como ponto de partida o centro, indo de Paris para as periferias e para as províncias, não se negava a importância das causas políticas, mas tomava-se o pensamento iluminista, principalmente sua dimensão crítica, como condição necessária para a crise das monarquias. Assim, de acordo com Chartier (2009), a tese do livro de Mornet é a de que, em parte, foram as ideias contidas nos libelos que causaram efeitos sobre a opinião e que, assim, determinaram a Revolução Francesa.

Carregadas pela palavra impressa, as novas ideias conquistavam a mente das pessoas, moldando sua forma de ser e propiciando questionamentos. Se os franceses do final do século XVIII moldaram a Revolução foi porque havia sido, por sua vez, moldados pelos livros. Além disso, esses livros forneciam um discurso abstrato remoto para a prática dos assuntos cotidianos, bem como uma crítica de tradição destrutiva da autoridade (Chartier, 2009, p. 115).

Para Chartier (2009), então, uma ideia comum ao modelo intelectual é a de que “a leitura é investida de tal poder que é capaz de transformar leitores e fazê-los penetrar no que os textos contemplam” (Chartier, 2009, p. 114), fazendo, dessa forma, com que a formação da opinião na França pré-revolucionária fosse compreendida como um processo de internalização pelos leitores de maneiras de pensar propostas pelos textos filosóficos.

Chegamos, assim, à pergunta se os livros fazem revolução e que diante do contexto francês pode ser colocada de outra maneira. Será que a circulação de uma literatura libertina, crítica e denunciatória inflamou a Revolução Francesa? Robert Darnton (1990; 2005) entende que sim, que a difusão em larga escala dos livros filosóficos, de uma literatura crítica e denunciatória nos anos anteriores à revolução, teria transformado a

representação que se tinha da monarquia, causando um desgaste ideológico que pode ter tornado inevitável o ato revolucionário. Preparava-se tal evento à medida que se desconstruíam a santidade e os mitos que rodeavam e legitimavam a monarquia.

Chartier (2009) coloca, então, a pergunta levantada no início do artigo: “Será que essa visão investe a leitura de uma força e uma eficácia que talvez ela não tenha tido?” (Chartier, 2009, p. 133). A propósito do tema, tece alguns argumentos críticos, coloca dúvidas à visão de Darnton. Ressalta o interesse efêmero e passageiro que se tinha nos libelos e a incredulidade do público diante do que se lia, o problema da interpretação dos textos e até mesmo o compartilhamento das mesmas leituras por pessoas com escolhas contraditórias. Nesse sentido,

[...] as imagens nos libelos e panfletos específicos não eram gravadas na mente dos leitores, e lê-los não levava necessariamente a acreditar neles. Se é que existiu alguma conexão entre a distribuição maciça da literatura panfletária desrespeitosa e agressiva e a destruição da imagem da Monarquia, essa conexão não foi nem direta nem inevitável (Chartier, 2009, p. 134).

Para Chartier (2009), uma prova de que é preciso ter cautela ao estabelecer vínculo entre os livros filosóficos e o pensamento revolucionário está na presença do mesmo material de leitura entre leitores que fizeram escolhas bastante divergentes diante do evento revolucionário. Isso aconteceu no caso da obra de Jean-Jacques Rousseau, que era conhecida e admirada entre as pessoas comuns, leitores mais “populares”, pelos *sans-culottes*, jacobinos e também pelos aristocratas e nobres da corte. Também era o caso da Enciclopédia, obra emblemática do Iluminismo, cara de se adquirir, porém comum entre os membros das elites tradicionais. A Enciclopédia, como se sabe, foi fundamentalmente assinada por homens dedicados à causa revolucionária, entretanto assinar a obra não significava compatibilidade de escolhas nem de ação entre os leitores. Chartier (2009) também dá o exemplo do confisco de livros dos emigrados, condenados, vítimas e inimigos da revolução, que mostrava um material de leitura semelhante ao dos revolucionários.

Por que não teria a paixão por livros filosóficos se tornado possível apenas em virtude do fato de um desnudamento simbólico e afetivo prévio ter funcionado de modo a torná-los aceitáveis, compreensíveis e lógicos de esperar? Neste caso, os livros filosóficos, longe de produzir uma ruptura, seriam eles próprios resultado de uma ruptura (Chartier, 2009, p. 138).

Como todos liam os mesmos livros, não é possível afirmar um papel tão expressivo e direto a eles. Chartier (2009) sugere que as representações propostas pelos livros filosóficos não ficavam impressas na mente dos leitores, mas estariam abertas a usos e interpretações variados, uma vez que as ferramentas interpretativas e os níveis de compreensão variavam entre os leitores. Então, os textos, libelos, panfletos de denúncia política e erótica contra a corte, a rainha, que culminaram durante a revolução, estudados por Darnton, foram aceitos por muitos, porém não por todos. Não se acreditava necessariamente no comportamento ali descrito como parte da realidade; alguns leitores viam nos panfletos indicações de lutas políticas, compreendendo que o significado de tais textos não era literal, mas que residia nos efeitos que tinham na política e na corte.

Levanta-se, portanto, o fato de que nem todos os textos eram produzidos para expressar ideias, construir formas estéticas, mas eram de natureza prática, para produzir efeitos. Além disso,

[...] esses vários horizontes de leitura, que conferiam uma variedade de níveis a um mesmo texto, eram em certa medida determinados pela maneira como os próprios livros “filosóficos” estavam organizados, com sobreposição de gêneros, intercruzamento de temas e a fusão de

níveis de discurso como denúncia política, descrição pornográfica e reflexão filosófica. Essa pluralidade em si, inscrita nos próprios textos, torna impossível concluir que eles eram lidos de maneira idêntica por todos os leitores ou que sua interpretação podia ser reduzida a uma única e simples afirmativa ideológica (Chartier, 2009, p. 140).

O aumento da distância entre a sociedade francesa e a monarquia não teria sido resultado de uma operação intelectual, “mas pode ter sido facilmente estabelecida na proximidade das práticas ordinárias, ações levadas a cabo sem deliberação, e palavras que se tornaram lugares-comuns” (Chartier, 2009, p. 137). Havia inclinações mais profundas, usos comuns e espontâneos, que contribuíam para a deterioração e dessacralização dos símbolos da monarquia, tais como o uso da expressão *à la royale*, que significava algo bom e excelente e passou a ser uma tendência inconsciente dos vendedores de tudo quanto era tipo de produto em Paris para qualificar suas mercadorias.

Portanto, a essência da questão não é o conteúdo dos livros filosóficos, que bem possivelmente não tinham impacto persuasivo que tão generosamente lhes foi atribuído, e sim um novo modo de ler que, mesmo quando os textos estavam em total conformidade com a ordem religiosa e política, desenvolveu uma atitude crítica livre dos laços de dependência e obediência subjacentes às representações anteriores. Neste sentido, as transformações nas práticas de leitura foram parte de uma mudança mais ampla, nas quais os historiadores têm estado ansiosos por discernir um processo de descristianização (Chartier, 2009, p. 145).

Chartier (2009) propõe dar maior atenção às transformações que modificaram as maneiras de ler das pessoas do que às representações críticas e denunciatórias propostas pelos livros filosóficos em toda sua diversidade. Retoma, como exemplo, a hipótese da existência de uma revolução da leitura na Alemanha na segunda metade do século XVIII. Nela as mudanças nas práticas de leitura, como a mobilidade do leitor, que é ampliada com a diminuição do tamanho dos livros, bem como a individualização da leitura, que a transforma em um ato realizado em ambiente privado de forma silenciosa e desligado da religião, tornaram a leitura também mais livre e menos reverenciosa.

Essa hipótese ajudaria a compreender as transformações das práticas de leitura na França do século XVIII em um quadro mais amplo. Materiais de leitura dos mais diversos escopos passaram a ser consumidos de maneira ávida, insaciável, sendo em seguida abandonados; e, logo, instaurou-se uma nova forma de ler, mais extensiva e crítica, que acumulava textos diversos e, ainda, uma leitura que não considerava o livro como uma autoridade. Uma nova relação do leitor com os textos sem respeito e pouco inclinada à crença e à adesão era acompanhada “na prática imediata do uso público da razão de Kant, pelas pessoas privadas” (Chartier, 2009, p. 145). Esses deslocamentos nas práticas de leitura do século XVIII estavam também diretamente vinculados aos lugares da sociedade em que os textos eram lidos, os clubes, cafés, praças, jardins, sociedades literárias, e não apenas na esfera privada.

Kant e o Uso Público da Razão

Um autor que muito teria contribuído para a articulação e a suposta determinação causal de o Iluminismo necessariamente desembocar na Revolução Francesa e de esta estar contida no pensamento das Luzes é Kant, que sequer era francês. Em seu célebre ensaio *O que é o Iluminismo?*, o qual – diga-se de passagem – foi escrito em 1784, antecedendo, portanto, em alguns anos a Revolução Francesa, Kant (1990, p. 11)

define o Iluminismo como “a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado. A menoridade é a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem”. A palavra de ordem do Iluminismo seria a convocação para que as pessoas se servissem do próprio entendimento. A saída da menoridade, por sua vez, constituiria um processo de superação da dependência, da infantilidade, da heteronomia. É preciso que o sujeito decida se servir da razão da qual ele é dotado. Para tanto, parecia ao autor imprescindível a validação, por parte de cada um, do uso público da própria razão, nos seguintes termos:

O uso público da própria razão deve sempre ser livre e só ele pode levar a cabo a ilustração entre os homens; o uso privado da razão pode, porém, muitas vezes, coarctar-se fortemente sem que, no entanto, se impeça por isso notavelmente o progresso da ilustração. Mas por uso público da própria razão entendo aquele que qualquer um, enquanto erudito, dela faz perante o grande público do mundo letrado. Chamo uso privado àquele que alguém pode fazer de sua razão num certo cargo público ou função a ele confiado (Kant, 1990, p. 13).

Com isso, Kant (1990) identificava na imprensa, na literatura, na fala pública, o uso público que torna o sujeito autônomo no tocante ao que considerava ser a tarefa do esclarecimento. O erudito não poderia, sob pena de travar a Ilustração, renunciar ao uso público da sua razão. Não seria legítimo, portanto, aos olhos do filósofo alemão, a existência de nenhum pacto que impedisse a discussão intelectual. O professor que fala diante de seus alunos faz uso privado da razão porque responde aos interesses de uma “assembleia doméstica”. Tampouco o sacerdote seria livre, dado que responde ao que Kant (1990) considera ser “incumbência alheia”. Em contrapartida, “como erudito que, mediante seus escritos, fala a um público genuíno, a saber, ao mundo, por conseguinte, o clérigo, no uso público da sua razão, goza de uma liberdade ilimitada de se servir da própria razão e de falar em seu nome próprio” (Kant, 1990, p. 15).

Kant (1990) entende que a época em que ele vivia não era, ainda, uma época esclarecida, mas sim uma época em esclarecimento, na qual eruditos e intelectuais faziam uso da própria razão no sentido público, por meio de seus discursos e, de modo especial, de seus escritos. Ele conclui apontando que, se é possível adiar a Ilustração, não compete ao homem renunciar a ela sem que isso represente lesar o direito de humanidade. Nesse opúsculo, Kant (1990) estabelece uma súmula do Iluminismo. Ao fazer isso, conta uma história que poderá ser apropriada por aqueles que pretendem vincular, em seguida, o pensamento ilustrado aos fatos revolucionários na França.

Considerações Finais

Para superar a divisão entre os historiadores que investigam conceitos e ideias e aqueles interessados nas práticas concretas, Chartier (2001) sugere que é preciso vincular a definição abstrata e imaterial da opinião pública, aquela relacionada aos espaços privados, com a opinião pública ligada aos espaços de sociabilidade como cafés e salões, pensando o escrito, como no caso do jornal, como algo que circula de maneira a poder ser lido na intimidade da esfera privada e como também estar conectado a diferentes formas e lugares de sociabilidade. Desse modo, “inventamos talvez um novo espaço que, a partir do encontro entre o texto, o livro e a leitura, define um campo mais amplo: o de uma história cultural e ao mesmo tempo intelectual” (Chartier, 2001, p.124).

Para pensar a leitura como ato político e as relações entre a leitura e a revolução, é preciso levar em conta não somente o conteúdo, as ideias e os conceitos difundidos pelos escritos, mas as práticas culturais conectadas a ele, desde as diferentes formas de legibilidade das cidades e a aculturação urbana aos gestos e

usos inconscientes de expressões que desgastam as figuras de autoridade do antigo regime, às distintas linhas de transformações ao longo da história do livro e da leitura que incidiram sobre os usos, costumes e hábitos, tais como as transformações na forma do livro, com a invenção do códice entre os séculos II e IV e dos livros de formato pequeno para se colocar no bolso ou levar em viagens já no século XVIII; as transformações nas técnicas de reprodução e impressão de textos dadas a cabo por Gutenberg no século XV; e as transformações nos hábitos de leitura, como a leitura silenciosa desde o século XVI e a leitura extensiva no século XVIII.

O formato do livro em códice facilitou a manipulação do texto, e depois a opção por livros menores facilitou levá-los a qualquer lugar. As transformações nas técnicas de reprodução tornaram mais fáceis a difusão e circulação do impresso, assim como baratearam seu custo, tornando-o mais acessível às classes mais populares. As novas fórmulas comerciais, como vimos, praticadas pelos livreiros, bibliotecas, *bouquinistes* e gabinetes de leitura também facilitaram a difusão e circulação dos escritos. As transformações nas práticas de leitura eram importantíssimas no cenário da cultura letrada de então. A leitura silenciosa permitiu ao leitor ler mais rapidamente e uma quantidade de textos maior do que com a leitura oralizada. Já a passagem da leitura intensiva, na qual se liam repetidamente os mesmos textos, muitas vezes memorizando-os, para uma leitura extensiva, na qual se lia com rapidez e avidamente textos diversos, sem tanta profundidade, foi crucial para se estabelecer uma relação menos respeitosa e irreverente diante dos escritos e suas ideias, porém mais crítica, na medida em que acumulavam textos diversos e efêmeros relacionados à política.

Este modelo de leitura, estabelecido pelo menos nas cidades a partir do crescimento da produção impressa, não significa unicamente a produção do livro como também a circulação de panfletos e libelos, e se vincula aos lugares da sociedade onde os textos são lidos (Chartier, 2001, p. 120).

Logo, foram as práticas de leitura e as relações com o escrito, entre outras coisas, que contribuíram para uma cultura crítica nas cidades francesas do século XVII. Os modos de ler e as práticas cotidianas vinculadas às formas de sociabilidade, que se transformaram ao longo do tempo, foram mais determinantes na constituição de um pensamento crítico e revolucionário do que as ideias dos textos em si.

De maneira geral, as dúvidas e problematizações que Chartier (2009) coloca no livro *Origens culturais da Revolução Francesa* não valem apenas para o contexto francês, pois o mote central do livro era rejeitar o que ele chama de operação de dedução.

Criticar, rejeitar ou matizar o que chamei de “operação de dedução”: considerar que as ideias transformadas em textos, e os textos transformados em livros, impõem seus conteúdos aos sistemas de representações dos leitores, levando-os finalmente, se são ideias revolucionárias, a uma ruptura decisiva com o Antigo Regime (Chartier, 2001, p. 107).

A ideia era questionar um modelo clássico tradicional na história que relacionava Iluminismo e Revolução Francesa, o modelo intelectual de interpretação e dedução, em que as ideias conquistam progressivamente os meios sociais de cima para baixo, do centro para as periferias, impondo transformações radicais na maneira de ver a autoridade, o poder e o rei e que, dessa forma, levam à ação revolucionária.

Apesar de, na perspectiva de Chartier (2009), Darnton deslocar o enfoque de ideias filosóficas para os livros filosóficos, que são constituídos de um conjunto heterogêneo de obras de Montesquieu, Voltaire, Rousseau, Diderot, mas também de obras pornográficas, panfletos, libelos, crônicas que atacavam a monarquia, Darnton ainda estaria preso ao modelo intelectual ao vincular o aumento da circulação desse novo gênero a uma erosão nas formas de ver as autoridades. A questão que Chartier (2009) levanta é a de que

se deveria dar maior importância às práticas ordinárias, cotidianas, aos gestos que indicam uma distância da antiga ordem política e social do que à leitura em si mesma, aos conteúdos, às ideias.

O problema não era só saber se os livros filosóficos impunham sua visão crítica ou denunciadora da corrupção, seja da monarquia despótica ou da corte depravada, mas caracterizar uma leitura que tinha uma nova forma de relação com os textos, qualquer que fosse seu conteúdo. Deste modo, podemos evitar essa operação de dedução, que encadeia unilateralmente ideias e textos, textos e livros, livros e leitura, leitura e mentalidade, mentalidade e ação. Parece-me que é preciso, em cada revolução considerar os textos de toda natureza como suporte, como instrumentos, e, também que há práticas sem discursos ou que estas nem sempre se vinculam aos discursos (Chartier, 2001, p. 108).

Logo, com o aumento da produção e da circulação dos escritos e com os novos espaços de sociabilidade vinculados a eles, os modos de ler e de se relacionar com a leitura se transformaram a longo prazo em uma leitura crítica, que “distanciava o leitor do texto e que expressava um uso público por parte das pessoas privadas” (Chartier, 2001, p. 108), desmistificando as autoridades. Nesse sentido, não foram as ideias iluministas transmitidas pelos livros que geraram a revolução, mas, invertendo os termos da pergunta inicial sobre se “os livros fazem revolução”, Chartier sugere que a Revolução Francesa é que teria construído uma representação sobre os livros, na medida em que foi ela que deu um “significado premonitório e programático a certas obras, atribuindo esse significado às suas origens após o fato estabelecido” (Chartier, 2009, p. 143). Ainda, diz o historiador francês:

Poderia-se dizer, de maneira um tanto provocadora, que o iluminismo foi um invento da Revolução quanto à construção retrospectiva de um corpus de ideias e de autores que a Revolução definiu como seus precursores. Esta leitura a contragosto que vai da Revolução ao iluminismo não significa que no século XVIII não tenha havido algo que se possa chamar – e que a si mesmo se chamou – de Iluminismo, mas que as escolhas ou esquecimentos que definem o corpus ilustrado começam com a própria Revolução, com suas lutas e conflitos, pois nela o Iluminismo é diferente para seus distintos leitores (Chartier, 2001, p.108).

Chartier (2009) traz alguns elementos que contribuem para a ideia de uma estruturação retrospectiva do Iluminismo:

- A eleição de Voltaire e Rousseau ao Pantheon – glorificados como grandes homens e reconhecidos como precursores da revolução;
- As comemorações políticas do ano II;
- A confecção dos bustos dos *philosophes* e mártires pela liberdade, tais como Voltaire, Rousseau, Buffon, Benjamin Franklin e Marat;
- Objetos impressos, como as cartas de baralho que substituem os reis pelos *philosophes* (Voltaire, Rousseau, Molière e La Fontaine);
- Os almanaques revolucionários, as cartilhas e os catecismos.

Finalmente, pode-se dizer que a Revolução teria ancorado “sua legitimidade num corpo de textos e autores básicos” (Chartier, 2009, p. 29), os quais, apesar de suas diferenças, se uniam por um pensamento que antecipava uma ruptura com o velho mundo, construindo, dessa forma, sua própria posteridade. A expressão pedagógica desse debate parece ser inevitável. Leituras e leitores sendo engendrados pela cultura

impressa exigiam uma instituição que viesse a não apenas ensinar a leitura, mas que fosse capaz de reger a leitura (Boto, 2017a). Surgiram, pois, a discussão e a implementação de uma escola de Estado.

Contribuição das Autoras

Conceituação: Boto C, Breymaier SC; **Análise Formal:** Boto C, Breymaier SC; **Investigação:** Boto C, Breymaier SC; **Metodologia:** Boto C, Breymaier SC; **Escrita:** Boto C, Breymaier SC; **Aprovação final:** Boto C, Breymaier SC.

Referências

- BOTO, C. **A escola do homem novo:** entre o Iluminismo e a Revolução Francesa. São Paulo: Editora Unesp, 1996.
- BOTO, C. **A escola primária como rito de passagem:** ler, escrever, contar e se comportar. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017a.
- BOTO, C. **Instrução pública e projeto civilizador:** o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola. São Paulo: Editora Unesp, 2017b.
- BURKE, P. **Uma história social do conhecimento de Gutenberg a Diderot.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.
- CARVALHO, F. R. Revisitando o Iluminismo: contribuições para o estudo do caso português. **Revista Tempo de Conquista**, v. 5, p. 1-14, 2009. Disponível em: <http://revistatempodeconquista.com.br/documents/RTC5/FLAVIOREY.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2024.
- CASSIRER, E. **A filosofia do Iluminismo.** Campinas: Editora da Unicamp, 1992.
- CHARTIER, R. **Cultura escrita, literatura e história:** conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Porto Alegre: Artmed, 2001.
- CHARTIER, R. **Origens culturais da Revolução Francesa.** São Paulo: Editora Unesp, 2009.
- CHARTIER, R. Escutar os mortos com os olhos. **Estudos Avançados**, v. 24, n. 69, p. 7-30, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000200002>
- DARNTON, R. **O beijo de Lamourette:** mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- DARNTON, R. O processo do Iluminismo: os dentes falsos de George Washington In: DARNTON, Robert. **Os dentes falsos de George Washington:** um guia não convencional para o século XVIII. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 17-39.
- DÉCAUDIN, M. Mercure de France: filiations et orientations. **Révue d'Histoire Littéraire de la France**, ano 92, n. 1, p. 7-16, jan.-fev. 1992.
- HAZARD, P. **O pensamento europeu no século XVIII.** Lisboa: Presença, 1974.

ISRAEL, J. I. **Radical Enlightenment: philosophy and the making of Modernity (1650-1750)**. Nova York: Oxford University Press, 2001.

KANT, I. Resposta à pergunta: que é o Iluminismo? (1784). In: KANT, Immanuel. **A paz perpétua e outros opúsculos**. Lisboa: Edições 70, 1990. p. 516-521.

ROCHE, D. As práticas da escrita nas cidades francesas do século XVIII. In: CHARTIER, Roger (org.). **Práticas da leitura**. 5. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011. p. 177-199.

TODOROV, T. **O espírito das luzes**. Tradução de Mônica C. Corrêa. São Paulo: Barcarolla, 2008.

Sobre as Autoras

CARLOTA BOTO é professora titular da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), onde leciona Filosofia da Educação. É Bolsista Produtividade PQ1D do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Integra o conjunto de pesquisadores principais do Projeto Temático Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo 18/26699-4, intitulado *Saberes e práticas em fronteiras: por uma história transnacional da educação*. Formou-se na USP, em pedagogia e em história. É mestre em História e Filosofia da Educação pela Faculdade de Educação da USP, doutora em História Social pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP e livre-docente em Filosofia da Educação pela Faculdade de Educação da USP. É autora dos livros *A escola do homem novo: entre o Iluminismo e a Revolução Francesa*, publicado pela Editora Unesp; *A escola primária como rito de passagem: ler, escrever, contar e se comportar*, publicado pela Imprensa da Universidade de Coimbra; *A liturgia escolar na Idade Moderna*, publicado pela editora Papirus; *Instrução pública e projeto civilizador: o século XVIII como intérprete da ciência, da infância e da escola*, publicado pela Editora Unesp; e *Educação e ética na Modernidade: uma introdução*, publicado pelas Edições 70/Almedina.

SOPHIA CALIL BREYMAIER é graduada em pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e mestranda em Educação na área de Cultura, Filosofia e História da Educação pela mesma instituição. Desenvolve pesquisa sob orientação da professora Carlota Boto, na linha de pesquisa Filosofia da Educação, com bolsa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. É coautora, com Carlota Boto, do artigo “A pedagogia como alicerce da teoria política em Rousseau”, publicado pela revista *Educação em Questão*, e autora do artigo “Natureza, método e educação em Rousseau: do Segundo Discurso ao Emílio”, publicado na *Contemporânea: Revista de Ética e Filosofia Política*.

Recebido: 17 mar. 2024

Aceito: 23 set. 2024